

**FANZINE E SOCIOEDUCAÇÃO: UM RESGATE DE SUBJETIVIDADE PARA  
ADOLESCENTES CONFINADAS**

*FANZINE AND SOCIOEDUCATION: A REGAIN OF SUBJECTIVITY FOR  
CONFINED ADOLESCENTS*

Érica Babini Machado<sup>1</sup>

Vitória Dinu<sup>2</sup>

Milena Trajano dos Anjos<sup>3</sup>

Elaine Nunes<sup>4</sup>

**Resumo**

*A vivência em estabelecimentos fechados leva à mortificação do sujeito, dada a perda da autonomia, a degradação etc. A partir dessa realidade, as autoras realizaram atividade de extensão em unidade de internação de adolescentes do sexo feminino, em Recife, no ano de 2014-2015 que visava trabalhar a subjetividade das mesmas. A proposta foi realizar vivências com temas como amor, beleza, amizade, futuro... para em seguida confeccionar Fanzines. A atividade grupal, com manejo de corte e colagem, a confiança entre os “do mundo” e as internas e a saída da unidade para expor e vender o trabalho em atividade específica de aproximação da Universidade com a comunidade – SIUCS – atingiu o objetivo de “empoderá-las” e “sair mentalmente” da casa de internação, pois afinal são meninas, e o Estado negligencia essa realidade. O que as adolescentes, no ócio em vivem, na profanação de suas crenças e de seu próprio eu, a que são sujeitadas, apenas desejavam era estojo de maquiagem, bonecas, motos... desejavam, sobretudo brincar. O projeto Fanzine foi uma pequena possibilidade de fazer com que as adolescentes pensassem não só na dicotomia prisão x “mundo”, mas também no que elas desejam, nas pessoas que são, nos sonhos que vivem latentes em seu interior e no futuro que têm pela frente.*

**Palavras-chave:** *Medida socioeducativa de internação; Mortificação; Extensão universitária; Empoderamento juvenil.*

**Abstract**

*Life in prison transforms subjectivities, leading them to mortification, due to lack of autonomy, degradation etc. From this reality, the authors performed an university extension program in a female juvenile detention facility in Recife in 2014-2015 which aimed*

---

<sup>1</sup> Doutora em Direito pela UFPE. Professora da graduação e do Programa de pós Graduação em Direito da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP.

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

<sup>3</sup> Mestre em direito pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

<sup>4</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

*to work their subjectivity. The proposal was to make experiences with themes such as love, beauty, friendship, future... to, after on, make original fanzines. The group activity, with cutting and gluing handling, the confidence between inmates and people from “the world” and the exit of the detention facility to expose and to sell the work in specific activity of approach between the University and the community - SIUCS - reached the objective of “empower them” and “mentally leave” the detention facility, because after all they are girls, and the State neglects this reality. What adolescents, in idleness in life, in the profanation of their beliefs and of their own self, to which they are subjected, only wished for was a makeup kit, dolls, motorcycles... they wanted, especially, to play. The Fanzine project was a small possibility of making teenagers reflect not only about the prison x worldview dichotomy, but also about what they want, about the person they are, about the dreams that lie dormant in their interior and about the future that lies ahead.*

**Keywords:** *Juvenile detention facility; Mortification; University extension program; Juvenile empowerment.*

## **1 Introdução**

A Universidade é uma instituição social e, como tal, encarrega-se de uma prática social, que, por sua vez, promove a legitimação desta instituição como centro de produção de conhecimentos. O reconhecimento dessa vocação universitária ganhou forças sobretudo a partir de meados do século XX, em que educação e cultura passaram a ser reconhecidas como eixos de cidadania e, portanto, direitos. É a Universidade a representação da vocação republicana.

No entanto, na passagem daquele século, a Universidade sofreu crises e desafios para adaptação de um novo período, cujas mudanças definiriam seu o futuro. A realização da Conferência Mundial sobre Educação Superior, em Paris, em outubro de 1998, impulsionou novas pautas do que se convencionou denominar de “nova cultura universitária” (CHAUÍ, 2003), cujas agendas eram de qualidade e avaliação, pertinência dos estudos, gestão efetiva, abertura internacional, responsabilidade social, entre outros.

Boaventura de Sousa Santos (2010) analisou os desafios da Universidade neste período sob três enfoques - hegemonia, legitimidade e a institucionalidade. A hegemonia diz respeito às funções tradicionais da Universidade, enquanto centro de produção de conhecimentos – alta cultura, pensamento crítico e científico para a formação das elites – e os desafios da virada de século *versus* padrões culturais

**Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.**

médios, conhecimentos instrumentais na formação de mão de obra qualificada exigida pelo sistema capitalista.

A legitimidade diz respeito à hierarquização dos saberes especializados com restrição de acesso às competências, em confronto com a democratização da Universidade e reivindicação de igualdade entre classes populares. Já a crise institucional é relacionada com o respeito à autonomia universitária na definição dos seus objetivos, por parte da administração, docentes e discentes. Contudo, a pressão para a produtividade e a eficácia, de natureza empresarial, fez com que a diretriz universitária se voltasse à produção de um mercado de serviços, e claro, para mantê-los foi obrigada a entrelaçar dependências capitais, restringindo, assim sua autonomia.

É visível que, historicamente, a crise institucional sobrepujou a hegemônica e a de legitimidade, afinal, assiste-se à passagem cultural dos séculos, com rompimento de fronteiras, a massificação do conhecimento, cuja produção é multipolarizada. Enfim, o “desinvestimento nas universidades públicas e a globalização das universidades são faces da mesma moeda” (SOUSA SANTOS, 2004, p. 11) – projeto global da política universitária.

Neste sentido, infelizmente, o acesso à Universidade se dá não por via da cidadania, mas pela via do consumo, ensejando a erosão do direito à educação, impulsionada pela ideologia da educação centrada no indivíduo e na sua autonomia.

Este quadro levou a Universidade à perda da sua responsabilidade social, especialmente no tange à extensão, que passou a ser cada vez mais reduzida, e, quando existente, submetida a interesses mercadológicos. E com isso, além da conjuntura econômica, a Universidade se tornou alvo fácil da crítica social, uma vez que seus produtos estavam descontextualizados da demanda pública.

Assim, qualquer tentativa de resgate do *ethos* universitário importa, necessariamente, uma espécie de contrarreforma, assentada na redemocratização radical do espaço cultural da Universidade. A inovação tem que ser extramuros, criativa, em que os problemas sejam partilhados entre utilizadores e pesquisadores, com transdisciplinariedade, para atender rapidamente aos apelos sociais. A única saída para a Universidade, seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista de

aceitação pública, é o aumento de sua responsabilidade social, com o aumento do seu espaço público.

Para uma reforma criativa, democrática e emancipatória, é necessário modificações no ensino, na pesquisa e na extensão. Mas não somente. É necessário que a educação não seja encarada como um gasto público, mas como um direito do cidadão, um investimento social e político, de forma articulada com a crescente responsabilidade social da Universidade.

É nesse sentido que foram empreendidos investimentos na atividade extensionista, responsável por uma construção ativa de coesão social, na luta contra a exclusão e na defesa da diversidade cultural; a interação com a comunidade local é de sinergia, demandando, naturalmente, cooperação intergovernamental para prestação de serviços. Há, sem dúvidas, uma responsabilidade social universitária (PIRES, 2004), vez que as atividades empreendidas não devem beneficiar apenas o restrito grupo de discentes e docentes, mas a comunidade na qual a instituição está inserida. Só assim haverá um efetivo fluxo de conhecimentos entre universidade e comunidade, no qual ambas as partes saem enriquecidas de novos saberes.

Enfim, a superação das crises de legitimidade, de hegemonia e de institucionalidade só pode ser pensada em termos de incremento da responsabilidade social da Universidade, especialmente porque as metas educacionais consistem em formar especialistas com conhecimento e capacidade de contribuir para o progresso e disseminação de conhecimento. Se este conhecimento fica enclausurado nos muros universitários, abre-se margem para um narcisismo acadêmico infértil e desconexo.

Esta perspectiva retoma a justificativa da entrelaçada entre ensino, pesquisa e extensão, acrescentada ao particular de que o sujeito cognoscente não é domesticado no conteúdo repassado, mas comunicante (FREIRE, 1983). Dialoga-se na construção de um conhecimento significativo e, para isso, o professor deve estar orientado no paradigma do aprender a aprender (CHAUÍ, 2008).

A atividade de extensão deve contemplar o exercício da responsabilidade social da Universidade no sentido de prestação de serviços, a fim de se estabelecer relações entre a Universidade e a comunidade, concretizando a relação teoria-prática, como já abordado.

A presença diferenciada da Universidade, enquanto arena de saberes polissêmicos, deve ser dirigida no sentido de não proceder a essa coisificação, tratando, necessariamente, os seres humanos como objetos de investigação e experimentação laboratorial, mas sim como sujeitos de sua história e responsáveis por ela, garantindo, assim, um ambiente genuinamente democrático.

Trata-se de um modelo pedagógico que adota o paradigma da pluralidade, da emancipação de uma realidade contemporânea, desgarrando-se das amarras cognitivas de pedagogias reducionista para um equilíbrio dialético entre conteúdo, reflexão e experiência da técnica e da ética, numa integração entre as dimensões especulativas e empíricas.

A questão funda-se na superação do pensamento racionalista objetivado, pautado na cisão da razão e da experiência, empreendida com Descartes. A pretensão é estabelecer a relação entre o sujeito e o mundo que o circunda, de modo que é imprescindível apresentar aos alunos assuntos da sua realidade, despertando-lhes curiosidade, para que não se tornem intelectualmente irresponsáveis, sem questionar a utilidade e a significação do conteúdo de que se servem. A aprendizagem deve ser no sentido esclarecido por Foucault:

[...] não se pode conhecer a si mesmo como convém senão sob a condição que se tenha sobre a natureza um ponto de vista, um conhecimento, um saber amplo e detalhado. [...] Conhecimento de si e conhecimento da natureza não estão, portanto, em posição de alternativa, mas absolutamente ligados (2004, p. 339).

Assim, uma sociedade que se pretenda democrática não pode naturalizar a violação de direitos humanos, devendo especialmente a sociedade civil, da qual a universidade faz parte, insurgir-se em atividades proativas, tal como é a atividade de extensão universitária.

No caso objeto do presente artigo, o impulso na busca de áreas de atuação para a extensão universitária foi a consciência das constantes violações aos Direitos Humanos no âmbito do Sistema de Justiça Criminal, desde o momento da prisão em flagrante até a execução da pena, em que a realidade de superlotação, por si só, já denuncia as flagrantes violações de direitos fundamentais, inclusive no tocante ao mínimo existencial.

**Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.**

Infelizmente, a referida conjuntura do sistema carcerário adulto reproduz-se no âmbito do sistema juvenil, o qual – não obstante estar dogmaticamente baseado nos princípios de proteção integral e de prioridade absoluta das crianças e adolescentes, grupo especial em função da sua peculiar condição de desenvolvimento – se pauta na mesma lógica mortificadora do sistema punitivo, do ponto de vista prático. A convergência infracional com o propósito retributivo é também confirmada com o crescimento do uso de medidas socioeducativas de internação em detrimento das demais medidas socioeducativas, de modo a apontar a presença do recurso punitivo no cenário juvenil.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito – SINASE – indicou existir, no Brasil, 12.041 adolescentes em privação de liberdade (SECRETARIA, 2011), indicando um crescimento em relação ao ano anterior de 4,50% (SECRETARIA, 2012). O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017) informou que em 2014, a taxa de adolescentes internados era de 81,8 e em internação provisória 26,9, cujo aumento representa, entre 2011 e 2014, em números absolutos, de 17.703 para 24.628.

Nesse sentido, considerando que a Universidade deve se encarregar de uma prática social comprometida com os valores democráticos a fim de obter legitimidade na sua atuação, sua presença nesta realidade de violação de direitos fundamentais é premente.

No que se refere em especial ao curso de bacharelado em Direito, é imprescindível que os seus alunos tenham ciência das condições do sistema prisional *lato sensu*, a fim de não reproduzirem uma atuação profissional alienada da realidade dos destinatários das normas limitadoras de liberdade (no caso, as relativas ao cometimento de atos infracionais por adolescentes). Até porque as resoluções jurídicas deveriam ser buscadas nos problemas concretos, levando em conta as contingências, e não se basearem simplesmente em um dever-ser abstrato, o qual, tomado isoladamente, leva a uma perigosa alienação do operador do direito.

Em um contexto de exacerbamento punitivo, nada melhor do que verificar, *in loco*, como o Estado está exercendo o seu monopólio sobre a “violência legítima”. Assim, tem-se que esta intervenção da extensão universitária buscou analisar como a execução das normas recaem nas adolescentes internadas no Centro de Atendimento

**Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.**

Socioeducativo – CASE Santa Luzia. Trata-se de um grupo social normalmente afastado do convívio coletivo em ambientes universitários, o que, portanto, constitui mais um motivo para se promover a necessária interação universidade e comunidade.

Nesse sentido foi realizada a proposta extensionista denominada Case-Fanzine por meio da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, com a participação de alunos da graduação e da pós-graduação. Além disso, o projeto também foi realizado com a parceria de voluntários da Comunidade Católica Lumen e do Projeto Vincular (Comunidade dos Viventes).

## **2 Socioeducação e mortificação**

A realidade da unidade do Centro de Atendimento Socioeducativo – CASE Santa Luzia, que executa medida socioeducativa de internação para adolescentes do sexo feminino, é exauriente.

Relatório do CNJ (2015) divulgou inúmeras violações de direito, na medida em que havia o descumprimento de requisitos mínimos de salubridade, higiene, privacidade, respeito, alimentação etc. Além disso, a tese de doutoramento (MACHADO, 2014) de uma das coautoras apresentou uma prática mortificadora da medida socioeducativa de internação, vez que a adolescente, a quem se desejava responsabilizar em termos pedagógicos (como propõe a Doutrina da Proteção Integral), em verdade torna-se amplamente estigmatizada, além de colocada na posição de infratora, algoz... nada educativo.

Ficou evidente que, quando a adolescente passa a incorporar esta informação sobre sua imagem, a impressão do estigma marca sua subjetividade. Na medida em que essa impressão é corporificada, pela transmissão de símbolos diversos, desde a identidade corporal até a fala (GOFFMAN, 1963), a autoimagem estará deteriorada.

Esse movimento de degradação da autoimagem inicia-se com rituais desde a passagem de adolescentes no Poder Judiciário, como já observado em estudos sobre a matéria (MACHADO, 2014; RAMOS, 2004), até o processo de negação da individualidade na execução da medida<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Desde logo, no processo de admissão, sua vida é dissecada para ser codificada em números na máquina administrativa, entrando no ritmo da padronização. Desse modo, as adolescentes não podem resguardar-se

As adolescentes que chegam trazem consigo sua cultura, seus traços familiares, suas formas de vida, sejam elas quais forem. Já existe socialização, a qual fornece uma estabilidade da sua organização pessoal que “confirma uma concepção tolerável do eu e permite um conjunto de formas de defesa, exercidas de acordo com sua vontade, para enfrentar os conflitos, dúvidas e fracassos” (GOFFMAN, 1987, p. 23).

Ignorando essas subjetividades, o que se tem é a identificação e a nomeação de uma tipologia social – uma não-adolescente transformada em “bandida” – sobre a qual recaem estruturas para punir pessoas, apenas por suspeição, mas em nome de uma “prevenção”. São “bandidos metafóricos, bandidos metonímicos, bandidos que são os presos de sempre. Mas, no limite, pessoas que „podem“ ser mortas, pessoas que se deseja que sejam mortas” (MISSE, 2008, p. 11). Tudo, porém, resguardado pelo manto da socioeducação.

Desse modo, a rotina de desamparo, solidão, angústia, ócio, malandragem, uso de fachadas, com o tempo faz com que a adolescente saiba “*se virar*” e administrar o cotidiano, reproduzindo a estrutura com outras novatas que chegam. Eis a marca, o estigma: um atributo profundamente depreciativo e desabonador, capaz de proscriver da vida social o indivíduo ou o grupo que o incorpora, levando à condição de desumanidade.

Diante disso, é possível assegurar que a passagem das meninas pelo sistema é criminogênica, imprime *status* negativos que vão desde a desclassificação social, com a perda de laços afetivos com a família, com a escola e/ou a comunidade, até a absorção da subcultura da unidade institucional que, em si, muda a autoimagem delas mesmas. Habitadas a serem tratadas como lixos, a isso se conformam ou contra isso se rebelam.

Então a socioeducação é um discurso que tem por operatividade obstar a criminalidade em razão da perigosidade que os adolescentes representam, razão pela qual a internação funciona para eliminar o risco do futuro, para garantir que não haverá ameaça de tipos sociais indesejados circulando na rua. Porém, essa

---

daquilo que desejam. A violação da reserva de informação, que ocorre na documentação acessada por quem quer que seja, é uma exposição constante não desejada.



neutralização, disfarçada pelo discurso de socioeducação, operada com adolescentes, que em si guardam potencialidades de futuro, leva à mortificação do sujeito em suas esperanças.

Por outro lado, não se pode esquecer que o adolescente combate em si muitas fronteiras – de dentro para fora, seja entre o consciente e o inconsciente, seja entre o biológico, o psíquico e o social. Esta encruzilhada, em direção à realidade, dependerá dos investimentos nas representações que o adolescente tem dos objetos externos e que infletem em um sentido ou em outro. Este espaço transicional ganha contornos específicos quando nas sociedades atuais o sujeito é desprovido de rituais de iniciação que o integram a seu lugar próprio nas crenças comuns do grupo, na sua família e nele mesmo, momento em que ele forja para si seu mito pessoal (ABERASTURY, 1986).

Enfim, é uma multiplicidade e sucessões de ligamentos-desligamentos, onde a angústia da castração e a patologia da representação são protagonistas que faz o adolescer ser um momento específico da fase da vida (CAHN, 1999).

O fato é que não existem muitos olhares, referentes ao estudo da adolescência, que levem em consideração o ponto de vista do adolescente em si. No mais das vezes, a perspectiva é a do adulto, cujo cerne é a resistência e ambivalência dos pais em aceitar o processo de crescimento. Na verdade, o que se tem é que “sob o disfarce da adolescência difícil está o de uma sociedade difícil, incompreensiva e hostil [...] razão pela qual a violência dos jovens não é mais do que a resposta à violência institucionalizada das forças da ordem familiar e social” (ABERASTURY, 1986, p. 16).

Como a estabilização da personalidade passa por um grau de conduta patológica, é indispensável que se compreenda os conflitos interiores vivenciados, sobretudo as posturas defensivas devido à elaboração dos lutos já referidos. Colocar a adolescência unicamente como preparação para a vida adulta é determinar-lhe condicionamentos dos valores adultos, cuja projeção gera estereótipos.

Logo, é preciso oferecer lugar a essas crianças que não seja somente o de infrator ou de abandonado, antes da intervenção coercitiva, pois a medida socioeducativa de internação é, em termos práticos, uma estufa de matar pessoas vivas, na medida que retira delas o que mais lhes potencializa – a esperança. Há em verdade uma inversão ideológica do discurso – punir e educar.

**Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.**

Diante disso, a intervenção extensionista da Universidade foi imprescindível, seja para tentar levar uma atividade diferenciada para as adolescentes no ambiente sufocante da internação, seja para vislumbrar essa realidade de perto, ignorada nos manuais de Direito a que se tem acesso nas Universidades.

### **3 Fanzine e etapas da atividade**

A proposta consistiu na realização de oficinas para formação em direitos humanos e confecção dos fanzines.

Fanzine é uma revista editada por um *fan*, de cunho despretençioso em forma de quadrinhos de qualquer espécie temática, que, nesse caso, foram os direitos humanos. Trata-se de uma mistura de gibi com revista, por assim dizer, confeccionada por meio de um trabalho de recorte e colagem, além de desenhos e pinturas. Com o instrumento, possibilita-se a reflexão e a exibição de dotes artísticos dos participantes, além de estimular a leitura e interpretação, formas de expressão cultural e fortalecimento das subjetividades dos adolescentes. Com os quadrinhos já montados, o objetivo foi expor os mesmos para serem vendidos na UNICAP, atividade cuja renda pode ser revertida em favor das próprias adolescentes que produziram o material.

A execução do projeto de extensão iniciou-se em agosto de 2015, percorrendo os meses de setembro, outubro e meados de novembro. As oficinas, no total de 6, foram realizadas aos sábados de manhã no próprio CASE/Santa Luzia. Com capacidade para 20 adolescentes, o CASE contava, na época da realização do projeto de extensão, entre chegadas e partidas, com aproximadamente 30 adolescentes em seu interior.

A instituição destina-se a adolescentes do sexo feminino com faixa etária de 12 a 18 anos de idade incompletos e, excepcionalmente, dos 18 aos 21, que lá se encontram no cumprimento de medida socioeducativa de internação. A unidade faz parte da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE e tem como finalidade a execução da política de atendimento a adolescentes envolvidos ou autores de ato infracional, sob Medida de Internação e Semiliberdade, encontrando-se

**Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.**

vinculada ao Poder Executivo do Estado de Pernambuco e à Secretaria da Criança e da Juventude – SCJ<sup>6</sup>.

Diferentemente do tratamento destinado aos adolescentes do sexo masculino, que possuem seus Centros de Atendimento Socioeducativos divididos por faixa etária devido ao número de adolescentes internados, largamente superior ao de adolescentes do sexo feminino, as meninas de 12 a 18 e, excepcionalmente, até 21 anos ficam todas juntas neste mesmo espaço.

A estrutura é, aparentemente, de uma casa, porém repleta de grades, com um muro bastante alto, e com arame farpado no topo, caracterizando a criação de um pequeno mundo (GOFFMAN, 1987). E foi neste pequeno mundo que nós, como extensionistas, adentramos. Vários eram os voluntários que, aos sábados pela manhã, se revezavam na condução das atividades no CASE.

Antes de se iniciar as oficinas de fanzine propriamente ditas, era feita alguma espécie de dinâmica com as adolescentes, como brincadeiras de mímica, de dança, etc. Tudo vinculado ao tema que ia ser trabalhado na confecção do fanzine, dentre os quais destacamos “Meu (minha) melhor amigo(a) é...”, “Qual o meu sonho”, dentre outros, sempre desenvolvendo questões da subjetividade das adolescentes.

A equipe à frente do projeto levou variados tipos de materiais para a realização do fanzine, o que proporcionou o desenvolvimento da criatividade por meio de lápis coloridos, imagens e palavras recortadas de revistas, desenhos, frases escritas...Tudo isso contribuiu para que as internas pudessem transmitir os seus sentimentos.

Quando se iniciava a confecção dos fanzines, abria-se um bom momento de conversas e interação entre os voluntários e as adolescentes internadas. Os extensionistas iam ajudando na confecção, seja procurando imagens em revistas, recortando, fazendo algum desenho, pintando, e daí iam surgindo conversas sobre a temática desenvolvida e sobre tantos outros assuntos. Muitos extensionistas também iam fazendo fanzines e compartilhando as ideias com as adolescentes.

---

<sup>6</sup> Disponível em <<http://www.funase.pe.gov.br/historico.php>>. Acesso em 24/09/2015.

Ao final da atividade, os voluntários forneciam um lanche coletivo, com bolachas/biscoitos e sucos ou refrigerantes. Ao fim da manhã, despedíamos-nos, já na expectativa para o próximo sábado que chegaria.

Com os fanzines todos prontos, foi possível tirar cópias, coloridas e em preto e branco, e assim unificar as peças em livretos para a venda na UNICAP, durante a semana de Integração Universidade Sociedade - SIUCS<sup>3</sup>. Esta atividade de venda se deu na Semana de Integração Universidade Católica e Sociedade, ocorrida nos dias 20 a 23 de outubro de 2015. Neste evento, realizado anualmente, a Universidade busca unir o saber acadêmico e popular e, assim, abre as suas portas para vários projetos desenvolvidos pela comunidade. Na oportunidade, as meninas ficaram em um *stand* em uma feira montada no jardim da Universidade, onde os livretos foram vendidos pelas próprias adolescentes nos turnos da manhã e da tarde. Ademais, as expositoras também puderam fazer propaganda de seus produtos em passagens em sala durante as aulas do curso de Direito.

Neste ponto, é interessante destacar que nem todas puderam ir para a visita à UNICAP. A equipe técnica do estabelecimento utilizou-se de alguns critérios, como a participação nas reuniões do projeto e comportamento, a fim de determinar quais adolescentes poderiam ir. Dois grupos, então, se revezaram entre o turno da manhã e da tarde. Após este dia de interação com as pessoas da Universidade, o dinheiro obtido foi distribuído pelas internas participantes do projeto, de forma proporcional à quantidade de vezes em que elas participaram das atividades.

Para a finalização do projeto, resolveu-se ir além do fanzine.

Primeiramente, promoveu-se uma campanha de doação de roupas e acessórios para as adolescentes, e com esses itens foi feita uma sessão de fotos no próprio CASE. As meninas iam escolhendo os itens que gostariam – os quais foram dados como presentes –, se maquiavam e pousavam para as fotos, feitas por fotógrafos voluntários do projeto<sup>7</sup>. Essas fotografias foram reveladas e entregues para cada uma em um encontro final, com bolo, guaraná e muita conversa. Assim, o projeto CASE-Fanzine foi finalizado em clima de confraternização de final de ano.

---

<sup>7</sup> [http://www.unicap.br/tecnologicos/turismo/wp-content/uploads/2015/10/SIUCS-2015\\_13a-Semana-de-Integração.jpg](http://www.unicap.br/tecnologicos/turismo/wp-content/uploads/2015/10/SIUCS-2015_13a-Semana-de-Integração.jpg). Acesso em 25/09/2017.

#### 4 Percepções de integrantes do projeto

Por meio deste artigo, propomo-nos a mostrar todas as nuances percebidas no decorrer da realização da atividade de extensão. À medida que houve interação com as adolescentes, foi possível conhecer um pouco mais dos seus desejos, identificar o grau de estigma que elas absorveram no transcorrer da medida de internação, dentre outras percepções que passam a ser relatadas. Ao cabo, eis que foi possível entender um pouco do que as adolescentes apreendem ao perceberem o que acontece em seus mundos a partir do cumprimento de uma medida socioeducativa de internação, e até que ponto isso vai interferir interna e externamente em suas vidas e em suas percepções sobre si mesmas. As informações aqui apresentadas foram obtidas através de conversas com as adolescentes, bem como a partir de nossas próprias vivências ao longo da execução do projeto.

Nesta parte do trabalho, tomou-se a opção metodológica de narração em primeira pessoa, pois a atividade de extensão, com toques de observação participante<sup>4</sup>, tratou-se de uma experiência única, pessoal e intransferível, desta maneira, carregada de subjetividades, não havendo como se exigir ausência destas nas falas das pesquisadoras em questão.

Igualmente importante salientar que, quando forem transcritos os diálogos travados com as adolescentes, as partes integrantes da conversa serão identificadas por “P”, em referência à pesquisadora e por “E”, em referência à entrevistada, enquanto as letras iniciais dos nomes e sobrenomes das adolescentes constarão nas respectivas notas de rodapé, a fim de preservar suas identidades.

No primeiro dia, ao chegarmos ao CASE para conversar e apresentar a atividade às meninas, os primeiros olhares foram de receio e de desconfiança. Afinal de contas, éramos pessoas estranhas que estavam propondo uma atividade a qual fugia do padrão de atividades que elas costumam desenvolver lá dentro. Poucas foram as meninas que toparam logo de início participar da atividade dos fanzines<sup>8</sup>. Umas eram mais tímidas, e por isso preferiam não participar e ter essa interação com o nosso

---

<sup>8</sup> À medida que conduz seu estudo, o pesquisador produz significados. Devido a isso, o conhecimento elaborado durante a pesquisa qualitativa é essencialmente interpretativo. A tarefa do pesquisador é traduzir o que foi apreendido: descrever e interpretar como as pessoas atribuem sentido e agem em seus mundos (ZANELLI, 2002, p. 87).

grupo. Outras diziam que não tinham jeito para essas coisas e que era melhor “deixar para lá”.

Não obstante essa reação inicial, foi interessante notar a receptividade de algumas meninas ao chegarmos com o projeto. Uma delas veio, por disponibilidade própria, abraçar a toda equipe, dando boas vindas. Após o tempo, ao longo dos sábados, pudemos perceber que a adesão das meninas foi aumentando. Elas foram pegando confiança no grupo, sentindo que aquelas atividades lúdicas poderiam ser um momento de distração dentro da dura realidade pela qual passavam. Foram percebendo que aquelas atividades estavam proporcionando conversas com pessoas diferentes, sobre temas que despertavam bons sentimentos e lembranças, além de promover até um maior contato com as próprias companheiras lá de dentro. Algumas delas reparavam em nós, em perceber como somos. Quando conversávamos, elas se abriam sobre assuntos corriqueiros, como o fato de gostar da área de exatas, ou sobre as músicas que ouvíamos.

Também foi possível notar, ao trabalharmos temas relacionados a amor e família, como as adolescentes sentiam falta de relações afetivas, com familiares, por exemplo, e acabavam buscando suprir essa carência com as agentes da instituição. No entanto, observamos que nem todas/os agentes queriam ter algum tipo de demonstração de afetividade para com as meninas, tendo uma de nós chegado a ouvir de uma agente que ela preferia “mil vezes” trabalhar com os meninos, porque as meninas são carentes demais, ficam querendo atenção o tempo todo.

Ainda sobre essa saudade constante, quase todas (ou todas) as adolescentes possuíam tatuagens, e quando uma de nós perguntou como elas as faziam, informaram que era com uma agulha normal e tinta de tecido. A maioria das tatuagens é de nomes ou letras iniciais dos nomes das pessoas que elas gostam, tanto de dentro quanto de fora do CASE, ou das pessoas de quem elas sentem falta.

De uma forma geral, foi possível perceber que, de certa forma, as adolescentes ficavam um pouco inquietas com a presença de pessoas de fora. Inclusive, depois que íamos embora, elas permaneciam um pouco agitadas e, segundo os funcionários e a equipe técnica, ficavam sem querer retornar aos quartos, pois elas não queriam voltar para a *tranca*.

Outro aspecto relevante a respeito da presença de pessoas de fora é como a apresentação é um fator primordial para as adolescentes. Quando chegávamos, elas demoram bastante para descer dos quartos, pois ainda iam tomar banho e se maquiar. É como se estivéssemos presenciando uma tentativa de resgate daquela autoestima que lhes foi subtraída pela medida de internação.

No que tange às oficinas de fanzine em si, via-se a dedicação delas. Por mais que, às vezes, o interesse não fosse geral em participar da atividade – algumas meninas precisavam limpar o local em que conviviam, ou então estavam desinteressadas –, era perceptível que, quando participavam, se dedicavam, fazendo tudo com cuidado e criatividade.

O pouco do lazer que as adolescentes possuem dentro da casa é ficar ouvindo músicas de brega em alto volume, cantando e também dançando.

P: Porque tu gosta tanto de brega?

E: Porque eu gosto das letra das música. P: Mas porque tu gosta do que ela diz? E: Porque fala da minha vida.<sup>9</sup>

No decorrer de uma dinâmica de mímica, quando do sorteio da palavra “serenata” a ser simulada através de gestos, uma das adolescentes se manifestou: “Isso né coisa de bandido não!”<sup>10</sup>. Outro exemplo dessa percepção delas próprias foi quando, no desenvolvimento da primeira atividade do fanzine – cujo tema a ser abordado era “Meu (minha) melhor amigo (a) é...”<sup>11</sup> – ao se referir a sua melhor amiga, que estava no mundão, uma das adolescentes se pronunciou: “ela não é errada não”<sup>12</sup>. Ou seja, a sua amiga não é errada (porque não está lá), mas ela (por estar interna), o é. Em outra ocasião, começamos a dividir as meninas em dois grupos, um ficando na parte do deck, e o outro num grande terraço no segundo andar da casa, a fim de agilizar e facilitar nosso trabalho, bem como seguindo também as orientações dos funcionários da casa,

---

<sup>9</sup> Adolescente K.R

<sup>10</sup> Adolescente E.P

<sup>11</sup> “mundão”: mundo externo.

<sup>12</sup> Adolescente E.P.

para “evitar tumultos”. Foi quando uma adolescente se indignou: “porque elas ficam lá embaixo e eu fico presa aqui em cima?”<sup>13</sup>.

É bastante visível nas adolescentes que elas absorvem essa imagem de que “são erradas” e de que entraram para o “mundo errado”, por isso estão na “prisão”, termo como se referem à medida de internação. O impacto da medida de internação em suas autopercepções se revela na desvalorização com que se referem a si mesmas.

Na medida em que se autorrepresentam como “bandidas”, é a clara manifestação de que o papel de delinquente assumiu o primado e assim se iniciou a carreira infracional. Neste sentido, pronunciou-se em consonância quando, em conversa com uma adolescente, esta confidenciou: “Entreí aqui por tráfico, aí passei sete meses e fui pro mundão, aí fui inventar de roubar, e vim parar aqui de novo”<sup>11</sup>.

Ao serem submetidas pelas cerimônias degradantes de passar por um processo, culminando em sua internação numa instituição fechada, as adolescentes têm fortemente atingida sua autoestima, acarretando na perda de sua identidade e na perda de seus valores e pertences, pois a sua identidade prévia será substituída pela imagem de delinquente que lhe fora atribuída e que absorveu.

Na medida em que a adolescente, degradada pelo processo de estigmatização, se conforma com o estigma, quando da vivência na internação no CASE/Santa Luzia, instituição total por natureza, passando a assumir o papel que dela se espera, configura-se aí o abandono da autonomia pessoal, ou seja, ela acaba tendo seu eu aniquilado, o que acarreta a mortificação de sua subjetividade (BACILA, 2014, p. 39-40).

No que se refere à atividade externa, no dia em questão, a primeira notícia que recebemos foi a de que nem todas estariam presentes. Após, as adolescentes escolhidas chegaram juntamente a algumas pessoas da equipe técnica nos jardins da universidade. Algumas ficaram mais acanhadas, mas outras conseguiram falar sobre o projeto que fizeram, mostrando os fanzines e conversando com estudantes ou professores do campus, os quais iam adquirindo os livretos.

Sabendo que algumas aulas estavam sendo ministradas, resolveu-se mostrar mais do campus universitário para elas. Foi aí que se percebeu que muitas das

---

<sup>13</sup> Adolescente E.P.



adolescentes não sabiam exatamente do que se tratava uma universidade, passando-se a explicar o que essa instituição significava. Aquele estava sendo, portanto, um momento de voltar a ter contato com o mundo fora dos muros que as aprisionavam, mas também de ter contato com uma realidade muito diversa daquela que elas sempre viveram.

Ao entrar nas salas de aulas, a equipe apresentava o projeto e, após, as adolescentes falavam. Algumas delas ficavam mais envergonhadas, mas em geral foi uma boa oportunidade em que se pode falar em público sobre o próprio trabalho. Ao cabo, se muitas nem sabiam o que era uma universidade, para muitos alunos da UNICAP a experiência também foi bastante importante, vez que tiveram contato com meninas que vivem uma realidade completamente diferente.

Elas estavam passando por uma gama de sensações naquele momento. A euforia de estar voltando a ter contato com o mundo de fora, a timidez em expor seu trabalho para tantas pessoas, o medo de serem vistas como “bandidas” pelos alunos.

Sobre este último aspecto em específico, explicamos que as pessoas não sabiam que elas estavam cumprindo medida socioeducativa, de forma que ficaram mais tranquilas. Mais uma vez, o estigma de “presas” fazia-se notar, não obstante todas as novidades que elas estavam vivendo.

## **5 Considerações finais**

Após todos os planejamentos e posterior execução, culminando com um semestre de atividades com as adolescentes do CASE/Santa Luzia, inúmeras foram as reflexões. Nada como conviver, o mínimo que seja, e dialogar com as adolescentes para ir captando um pouco de seus anseios e desejos.

Uma das primeiras impressões foi o fato de que, não obstante estivessem internadas, as adolescentes mantinham a sua forma de se vestir, se arrumavam com roupas e acessórios femininos ou como *boys*<sup>14</sup>, etc. Em um ambiente cujo propósito é a homogeneização dos comportamentos, a fim de se alcançar um modelo tido como

---

<sup>14</sup> Meninas homossexuais que gostavam de se vestir como homens.

“socialmente adequado”, as adolescentes empreendiam esse esforço de manter suas características e seu modo de ser.

Quando o grupo chegou para iniciar a atividade, foi preciso, em um primeiro momento, ir conquistando as adolescentes. Por mais que se estivesse trazendo uma novidade, algo para se fazer aos sábados pela manhã, a adesão não foi tão rápida, e nem todas chegaram realmente a participar da confecção do Fanzine. Foi preciso que, aos poucos, as meninas fossem conhecendo esses jovens do “mundão” que chegavam quase todos os sábados com brincadeiras, sucos, biscoitos, tesouras, lápis de cor e cola. E assim foram se estabelecendo os diálogos, ao ponto de algumas até contarem porque estavam ali internadas.

Nas conversas, ficou bastante perceptível que, apesar de serem jovens marcadas por “desvios” – condutas estas classificadas pelo Poder Judiciário como “graves” –, elas não deixavam de ser meninas. Causou certo espanto, no início, o fato de elas relatarem que queriam “brincar”, pedindo que o grupo trouxesse “pula-pula”, brincasse de “barra-bandeira”, dentre outras atividades de certa forma até mais infantis do que a faixa etária média poderia indicar. Falavam de bonecas, estojos de maquiagem e motos quando se referiam a desejos de consumo. São meninas, e o Estado simplesmente ignora essa realidade<sup>15</sup>. Mais do que ignorar, o Estado “sufoca” essa realidade, ao invés de cuidar dessas “pessoas em peculiar condição de desenvolvimento”. Entre estudos, organização dos quartos, televisão e música, faltaria aquela ludicidade que só a brincadeira traz. Em uma ocasião, por exemplo, algumas falaram com grande entusiasmo de um dia em que um diretor deixou-as jogarem futebol em um campinho próximo. Mas, logo em seguida, houve mudança na direção, e elas não mais teriam ido jogar bola, de forma que o relato foi feito com um tom de saudade.

Daí a sensação de que o grupo de extensão, ao chegar aos sábados com uma atividade de recorte e colagem e com pessoas diferentes, levava uma espécie de “oásis” para as adolescentes que se propuseram a participar. Um momento simples,

---

<sup>15</sup> O Estado ignora a condição de “criança” na fase da execução das medidas socioeducativas, mas também nas audiências perante o Poder Judiciário. Em diversos momentos, o tratamento conferido pelos atores do sistema socioeducativo é ríspido, em completo desrespeito ao fato de os/as adolescentes serem “pessoas em desenvolvimento”, como estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. O desrespeito à subjetividade vai do trato nas audiências, passando pelas sentenças e chegando à execução (MACHADO, 2014).

mas significativo por elas poderem pegar em tesouras, por exemplo, algo proibido no cotidiano. Por mais que estivessem ainda sob “observação” no uso dessas tesouras, os/as integrantes do grupo de extensão, “do mundão”, não representavam a autoridade censora. E assim elas iam recortando e colando seus sonhos, tantas vezes relacionados a família, a futuros filhos, etc.

Dentre tudo o que foi feito na ida à UNICAP – atividade na qual apenas uma parcela das adolescentes foi – é de se destacar a passagem nas salas de aula para fazer propaganda da venda dos fanzines. Algo aparentemente bem simples, porém uma oportunidade de ser o “centro das atenções”, falar em público e ser ouvida por um público completamente à parte das realidades que elas vivem.

De grande importância também foi a atividade final, com maquiagem, entrega de roupas e acessórios e sessão de fotos. As imagens, ao final reveladas e entregues às adolescentes, ficaram belíssimas. De certa forma conseguiu-se colocar em fotos a sensação captada ao longo do semestre: são meninas, que querem ser bonitas, que querem chamar a atenção, que querem ser notadas, como qualquer outra pessoa do *mundão*.

Acredita-se que, com todas essas atividades, talvez tenha sido possível para as adolescentes “sair mentalmente” da dicotomia *CASE versus mundão*, e levá-las a pensar no que elas querem e são. Ao menos aos sábados pela manhã, as internas poderiam pensar em outras coisas que não as relações e a dinâmica própria de uma instituição total. Sobre esse aspecto, cabe destacar a seguinte situação: em uma das oficinas, uma das adolescentes relatou que, ao sair de lá, gostaria de se formar em um curso de graduação. O despertar de sonhos na mentalidade delas, que vivem, por vezes, designadas pela sociedade a uma vida sem perspectivas, foi bem interessante e gratificante. Sendo assim, compreende-se que o trabalho talvez tenha despertado nas adolescentes sensações que, no dia-a-dia, elas não “teriam tempo” para perceber ou refletir.

Ademais, houve também um “empoderamento” pelo fato de elas terem repartido entre si, de forma proporcional, os “lucros” com a venda dos fanzines, bem como na sessão de fotografias, em que foram valorizadas como mulheres que são, com batom vermelho ou roupas de homem (no caso das *boys*). A confecção e venda dos fanzines, bem como os momentos finais de confraternização e sessão de fotos foram

**Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.**

momentos de resgate da autoestima delas, de trazer sentimentos que a dureza da vida tratou de adormecer, e de mostrar a elas que nós somos todos semelhantes, embora tentem dizer o contrário. Foram proporcionados momentos de novas experiências, mas, acima de tudo, momentos de leveza e alegria.

Entretanto, ao mesmo tempo em que se tem essa percepção, também é bastante claro em nossas mentes que o projeto foi apenas um pequeno “respiro” diante de um sistema enrijecido. Uma das conclusões que se impõem é a de que, depois da medida de internação (a qual, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, teria propósito educativo), a identidade da adolescente jamais será a mesma. Ao ser apreendida e “encarcerada”, afeta-se drasticamente a autoimagem da adolescente, de forma tal que quase todas as referências que as internas fazem sobre si mesmas envolvem os termos “presas”.

Desta feita, o presente artigo, além de trazer um relato de uma atividade de extensão, apresentado conjuntamente às devidas reflexões teóricas, busca fazer um alerta para a carência dessas “meninas” em serem crianças, em serem adolescentes, com tudo o que isso comporta.

## **Referências**

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. 5 ed. Porto Alegre, 1986.

BACILA, Carlos Roberto. **Estigmas**: um estudo sobre os preconceitos. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório de Pesquisa**. Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Panorama Nacional**. A execução das Medidas Socioeducativas de Internação. Programa Justiça ao Jovem. Brasília, 2012.

CAHN, Raymond. **O adolescente na psicanálise**: a aventura da subjetivação. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999

**Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.**

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da 26ª. Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas, MG, 05 de outubro de 2003.

CHAUÍ, Marilena de Souza; BERNHEIM, Carlos Tünnermann. **Desafios da Universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da Conferência Mundial sobre educação superior**. Brasília: Unesco, 2008.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1963.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

FREIRE, Paulo **Extensão ou Comunicação?** 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MACHADO, Érica Babini L. do A. Medida socioeducativa de internação: do discurso (eufemista) à prática judicial (perversa) e à execução (mortificadora): um estudo do *continuum* punitivo sobre adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei na cidade do Recife. 2014. **Tese** (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014.

MISSE, Michel. **Acusados e Acusadores**. Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

RAMOS, Maria Augusta Ramos. **Justiça**. VídeoLar S/A, 2004.

SANTOS, Boaventura Sousa. Da ideia de Universidade à Universidade de ideias. *In*: **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13 ed. São Paulo: Cortez editora, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 11.

PIRES, Valdemir. A contra-reforma universitária: uma universidade diferente é possível... **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 1071-1075, Especial - Out. 2004.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Levantamento Nacional**. Atendimento Socioeducativo do Adolescente em conflito com a Lei. Brasília: 2012.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional**. Atendimento Socioeducativo do Adolescente em conflito com a Lei. Brasília: 2011.

**Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.**

ZANELLI, José Carlos. **Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas.**

Estudos de Psicologia, v. 7, número especial, 79-88, 2002.

Apresentado em maio de 2018.

Aprovado para publicação em julho de 2018.